

# GLOBALIZAÇÃO E A PEQUENA PRODUÇÃO “INTEGRADA”

**Roland Luiz Pizzolatti\***

A agricultura brasileira tem sofrido mudanças significativas nestas últimas décadas e, mesmo assim, a produção familiar vem se mantendo e se reproduzindo. Entretanto, a sobrevivência do pequeno produtor rural, no seio das relações capitalistas de produção, tem sido um fato histórico memorável por se constituir num desafio constante.

Com impressionante tenacidade para enfrentar obstáculos, muitos dos pequenos produtores têm conseguido viabilizar sua estrutura familiar e substituir. Outros, porém, mesmo trabalhando exaustivamente até os limites de sua resistência física, têm sido atirados para fora, compelidos pelas dificuldades econômicas surgidas, de forma mais intensa, a partir do processo de modernização imposto nos anos 70, sobretudo no Centro-Sul do Brasil.

Para melhor subsistir, uma parte dos pequenos produtores, localizados na porção oeste do Estado de Santa Catarina, passou a criar aves e suínos dentro do esquema conhecido por “integração”. Eles subordinaram-se a uma estrutura organizada pelo poder econômico, representado por grandes empresas “integradoras”, tais como: Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó e Cooperativa Central do Oeste Catarinense. Este segmento, composto por pequenos criadores, interessa ao capital na medida em que precisa dele para se valorizar. Graças ao trabalho excedente gerado nas pocilgas e galinheiros, as indústrias processadoras de carnes se beneficiaram e expandiram sua atuação, fortificando-se enquanto grandes empresas.

A partir dos anos 90, com a instauração da nova ordem econômica mundial, ou seja, a globalização no seu sentido mais abrangente, as grandes empresas catarinenses citadas têm buscado uma diversificação vantajosa decorrente do acirramento entre as concorrentes pela disputa do mercado interno nacional e externo, sobretudo dos países integrantes do Mercosul.

No propósito de extrair mais trabalho vivo e alavancar a ampliação do capital, as empresas vêm adotando estratégias para forçar os seus criadores a adequar a produção mediante a modernização da estrutura produtiva. Com isto, as empresas têm conseguido elevar o grau de competitividade e fazer frente à concorrência existente.

O nosso estudo buscou levantar informações sobre as mudanças que estão ocorrendo junto aos pequenos criadores “integrados”, frente ao novo pacote de inovações tecnológicas imposto pelas empresas. Escolhemos, como fonte de referência, dois municípios do Oeste Catarinense, Videira e Concórdia, caracterizados pela elevada quantidade de aves e de suínos criados e, locais onde desenvolveram-se embriões de dois significativos complexos industriais processadores de carnes, a Perdigão e a Sadia, na década de 1940. Para pesquisarmos, escolhemos duas localidades importantes de cada município, abrangendo cerca de 10% dos produtores “integrados” existentes.

No intervalo de apenas um ano, entre 1995 e 1996, ocasiões em que empreendemos as últimas visitas à nossa área de pesquisa, ficamos impressionados com o transcurso de sensíveis modificações no cotidiano dos “integrados”. As empresas estão exercendo forte pressão para acelerar, mais rapidamente, a implementação e acompanhamento do novo modelo de modernização baseado na racionalização, eficiência de manejo e redução dos custos de produção.

A organização econômica familiar “integrada” está vivendo um novo momento histórico dramático, condensado pelo desafio de sua própria existência dentro do sistema

---

\* Professor do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

produtivo. Para extrair mais trabalho vivo e alavancar a ampliação do capital, com mais vigor, as empresas estão pressionando os seus “parceiros avícolas e suínolas” a tomarem duas direções: o da permanência ou da exclusão da “integração”.

Estamos, portanto, diante de um novo processo de modernização, levado a efeito por pressão exercida pelos grandes frigoríficos, com conseqüências nefastas por ser altamente excludente. Talvez esta exclusão em curso seja a mais profunda até então ocorrida dentro do sistema “integrado”, podendo causar forte impacto social.

Os pesquisadores do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades da EPAGRI/Chapecó-SC (Correio Riograndense, 07/02/96), apontam a tendência de serem excluídas, no Oeste Catarinense, cerca de 50 mil famílias rurais da produção comercial, equivalente a mais ou menos 250.000 pessoas, até o ano 2005. Destas prováveis famílias excluídas, muitas pertencem atualmente ao sistema “integrado”, já que está prevista a exclusão de até 50% deles. Além de outros, a exclusão deles acontecerá, principalmente, porque não conseguirão alcançar o grau de modernização exigido para adequar o sistema de produção e, por utilizarem técnicas tradicionais ou equipamentos que requerem muita mão-de-obra.

Para não serem excluídos e permanecerem no sistema produtivo, os “integrados” precisam absorver as inovações ou tecnologias mais modernas em proporções significativas para atender os interesses das grandes empresas. Com isto, esta modernização tem sido um fantasma a rondar e atormentar a vida de significativa parcela destes pequenos produtores (em torno de 60% dos “integrados”), para se tornarem melhor qualificados.

Como constatamos, as vantagens do novo pacote tecnológico, aplicado para transformar o criatório, não são acessíveis a todos os criadores. Dos criadores entrevistados, alguns já tinham se modernizado (cerca de 10%), outros estavam a caminho (em torno de 30%) mas, para a maioria (aproximadamente 60%), se apresentava como uma condição ameaçadora, justamente por não disporem de meios ou de recursos financeiros para bancar novos investimentos.

Dentro da lógica da troca desigual, verificamos que os ganhos advindos da criação de aves e/ou suínos encontram-se cada vez mais reduzidos. Tal interpretação decorreu das queixas de quase todos os entrevistados. Este fato é um indicador de que a parcela principal dos ganhos não fica entre os seus verdadeiros donos, ou seja, os pequenos produtores com os empresários “integradores”.

A expressiva mudança que vem sendo solicitada, notadamente nos anos 90, tem alcançado somente um pequeno número de “integrados” pois a grande maioria não tem condições de se tornar um “dinâmico criador”, com arrojado espírito empreendedor e visão de empresário, conforme apregoam os grandes frigoríficos. Segundo informações publicadas pelo Instituto CEPA/SC, perto de 70% dos suinocultores ainda precisam modernizar suas operações. Entre os “integrados”, este índice declina mas convém salientar que há níveis diferenciados de modernização.

Essa grande parcela de criadores não tem se lançado na perigosa aventura do financiamento junto aos bancos. A persistência de juros elevados e a ausência de subsídios tem tornado os empréstimos bancários praticamente inacessíveis a eles. Entre os entrevistados, não encontramos sequer um suinocultor e/ou avicultor que tenha se endividado, nestes últimos cinco anos, através do financiamento bancário para empreender sua modernização.

Lembramos que a política do Governo Federal para promover a modernização da agricultura, criou o crédito rural em 1965 e, até 1979, não havia correção monetária. Os empréstimos do crédito rural foram uma das formas de financiamento mais barato da história

do país e beneficiou, grandes empresários ou ruralistas. Muitos deles, enriqueceram ao aplicar a juros, os empréstimos recebidos, no mercado financeiro.

Uma parte dos pequenos produtores aproveitou, também, o acesso existente e tomou empréstimos a juros baratos. Mesmo sendo de pequena monta se comparados aos dos grandes proprietários, esse dinheiro barato foi importante porque possibilitou a entrada de muitos colonos para a “integração”.

Tal como escreveu CHAYANOV (1974), a origem dos investimentos financeiros deixou de ser local, a partir da união do pequeno produtor com a empresa. O colono do Oeste Catarinense produzia no passado, principalmente, milho e suíno com recursos próprios. Posteriormente, para ter acesso ao mercado garantido de seus produtos e outras vantagens mais, passou a se vincular ao capitalismo industrial. Sua produção ligou-se diretamente ao capital social, na época, altamente subsidiado.

Na primeira metade da década de 70 ocorreu, sobretudo, intensificação da modernização da pequena produção, graças aos empréstimos bancários. O volume de financiamentos elevou-se pela atração proporcionada pelos baixos juros e longos prazos de pagamento, chegando a alcançar até 10 anos ou mais.

Empresas “integradas”, com o intuito de suprir sua demanda de matéria-prima, favorecida pela grande expansão industrial, avalizavam o crédito agrícola, possibilitando difusão do processo de concentração vertical, incorporando número crescente de famílias. Por outro lado, ao avalizarem os empréstimos bancários, as empresas determinavam normas de construção das instalações e compra de equipamentos apropriados. O processo produtivo foi alterado e modernizado. Novos meios de produção foram repassados. A pesquisa mostrou que a maioria (quase 70%) dos aviários e chiqueirões existentes nos dias de hoje, foram construídos com base em financiamentos patrocinados por bancos estatais, ou seja, capital social.

Além de construir as instalações para o criatório dos animais, os colonos que recorreram aos empréstimos bancários, compraram todos os equipamentos exigidos, na época, pela “integradora”: motores em geral, máquinas, tratores e veículos utilitários. Houve, também, os que aproveitaram parte do dinheiro financiado para edificarem suas moradas, para substituir as velhas casas de madeira pelas de alvenaria, construíram casas para os filhos, compraram alguns eletrodomésticos e, **“os mais vivos, botaram o dinheiro a juro para render, sem precisar força”**. Conforme depoimentos prestados, eles anteciparam o pagamento do saldo devedor porque a quantia da prestação, após os primeiros cinco anos, **“... nem dava para cobrir o gasto com o papel das notas promissórias do banco”**.

Atualmente não está sendo interessante o criador de pequena monta. Interessa apenas o pequeno produtor que produz aves, suínos e em escala ascendente, quanto ao número de cabeças a serem criadas. Os criadores devem reunir possibilidades de ampliar futuramente ainda mais a sua produção, de acordo com os níveis necessários de matéria-prima ao frigorífico para posterior industrialização e agregação de valor.

Para a empresa há interesse que os criadores façam investimento e tornem-se cada vez mais competitivos, ofertando um grande volume de matéria-prima a preços baixos. Os “bons” produtores recebem incentivos da empresa, no sentido da permissão em expandir suas atividades. É uma das maneiras de garantir a existência e reprodução de colonos que “vistam a camisa” do grupo industrial, e estes, sentem-se amparados e prestigiados pela “permissão” concedida.

Para o capital crescer e se reproduzir, os “integrados” se vêem obrigados a ampliar sua produção mercantil, conseguida através da modernização de suas atividades, aprofundando ainda mais a sua subordinação à empresa. Havendo produção em maior escala, o capital

industrial poderá transferir maior parcela de trabalho não pago. Como escreveu MARTINS (1991: 50), “... **uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho**”.

No presente momento não está sendo mais interessante o criador de pequena monta, só de aves ou de suínos. Interessa sim, o pequeno produtor que produz ambos e em escala ascendente, quanto ao número de cabeças a serem criadas e possibilidades de ampliar futuramente ainda mais a sua produção, de acordo com os níveis necessários de matéria-prima ao frigorífico, para posterior industrialização e agregação de valor.

Em referências feitas por alguns dos entrevistados, em breve somente serão aceitos produtores com o mínimo de 100.000 cabeças aves/ano, 80 porcas criadeiras para o sistema iniciador (produtor de leitões) ou 10 criadeiras para o sistema completo (uma moderna pocilga torna-se economicamente viável somente a partir de 60 porcas criadeiras). Os “integrados” tem pela frente, uma situação ao mesmo tempo grave e longe de ser homogênea.

Além das empresas poderem exercer um controle mais efetivo ou direto do processo produtivo, com a redução do seu quadro de “parceiros”, ocorrerá um enxugamento, em cadeia, de seus gastos como mão-de-obra, deslocamento, fretes e outros. Há, ainda, a eliminação dos produtores considerados “problemáticos”, como os renitentes ou teimosos em acatar ordens ou dos que “não vestem a camisa da firma”. Com a “faxina”, só restarão os encaixados dentro de um padrão de alto nível tecnológico, mais próximo de um modelo unificado e homogeneizado, no sentido de não haver relação conflituosa entre as partes. Pelo menos, os criadores não deverão medir esforços para permanecer dentro do sistema, uma vez que a procura será muitas vezes superior ao da oferta de vagas, como veremos adiante.

Em determinados momentos, sobretudo quando acontece crise econômica, para se reproduzir, o capital vai atrás de produtores mais eficientes, capazes de superar as dificuldades. Caso contrário, sua reprodução fica comprometida ou complicada. Por esta razão, os grupos industriais em pauta, estão partindo para novos métodos conforme presenciemos.

Pudemos notar, entre outras mudanças, a referente ao tratamento do técnico supervisor com o “integrado”. Ao invés do caráter fiscalizador de outrora, o relacionamento pessoal estava pautado numa base de harmonia, de valorização e de motivação. A mudança de relação é, sem dúvida, uma das estratégias da grande empresa para amenizar ou afastar possíveis reclamações ou desânimo em continuar no esquema produtivo, decorrentes dos seus baixos ganhos. Os baixos rendimentos se constituem num terreno fértil para os atritos serem realçados, sobretudo quando são solicitados maiores desembolsos com a modernização. Travando relações de aparente amizade ou de companheirismo, os produtores se sentirão mais próximos das empresas, com “possibilidades” de serem amparados em situações adversas. Em todas as ocasiões em que nossa visita coincidiu com a de representantes de “integradoras”, observamos, por exemplo, que eles cumprimentavam com aperto de mão ou batiam levemente nas costas dos membros da família, solicitavam um chimarrão ou um cafezinho, conversavam cordialmente e emitiam opiniões sobre assuntos do dia-a-dia ou noticiários de TV.

Convém lembrar que a capacitação tecnológica a ser alcançada pelo pequeno produtor não é garantia de aumento de seus ganhos. Poderá estar por traz destes reajustes estruturais da produção, uma das estratégias das empresas para enfrentar a nova realidade da economia mundial. Com o mercado mais aberto, determinados países estão ofertando proteínas de origem animal com preços atrativos. Para fazer frente e elevar o grau de competitividade, as “integradoras” precisam manter o preço da matéria-prima em níveis rebaixados, associados aos preços pagos abaixo do valor-trabalho. Por isso, retiram dos criadores a parte que será transformada posteriormente, em lucro. Por outro lado, dada a crescente concorrência no

mercado externo, essas empresas necessitam garantir o escoamento de sua produção mediante a existência de um mercado nacional. Este mercado interno tem sido cativado em escala ascendente de consumo, graças aos preços baixos em vigor. Conforme reportagem publicada no Diário Catarinense (25/12/95), a exportação brasileira de frangos recuou de 467 mil toneladas em 1994 para cerca de 400 mil toneladas em 1995. Neste último ano, de cada 10 frangos abatidos, 9 foram consumidos pelo mercado interno.

Pela queda real do preço dos seus produtos e a elevação dos preços dos insumos necessários, evidenciamos entre as famílias formadas mais recentemente, especialmente a partir dos anos 80, ou entre os mais jovens, a palavra de ordem tem sido a de “se virar”. Os membros da cada família buscam, além da produção pelo sistema “integrado”, obter recursos econômicos adicionais, recorrendo a outras ocupações como uma saída, de forma a lhes garantir um ganho a mais. Muitos têm procurado alternativas para contornar sua situação de baixos ganhos.

A eficácia do sistema produtivo “integrado” pode ser alcançada através dos investimentos na busca da modernização das instalações do criatório, automação para uma acentuada simplificação das tarefas e melhoria da qualidade genética (no caso da suinocultura). Não há, propriamente, com o serviço reduzido, necessidade de dedicação do tempo integral, de todos os familiares, ao criatório e, sempre sobra “um tempinho” a ser utilizado, não ao lazer, mas para trabalharem em outro serviço. Não se trata de fato específico dos “integrados” do Oeste Catarinense mas vem se tornando uma prática corriqueira entre os demais pequenos produtores, a busca pelo “acessório” ou diversificação de atividades, como uma forma alternativa de outras fontes de renda.

A diversificação sempre foi procurada pelos colonos para melhor se defenderem. Como falou um criador, “... **uma coisa dava mais num ano, ou outro dava menos, mas juntando-se tudo o que se produzia, dava para se viver mais folgado**”. Este tradicional “jeitinho” que os colonos levavam, foi alterado com a “integração” e, atualmente, estão ocorrendo mudanças mais profundas. Ao lado da produção de subsistência que sempre lhes permitiu obter grande parte de suas necessidades básicas, o produto mercantil principal, aves ou suínos, por si só, não tem mais garantido a reprodução da força de trabalho familiar. Ultimamente, nestes anos 90, a solução encontrada pelos criadores, para contornar os baixos ganhos monetários, tem sido o da expansão da produção “integrada” ou trabalhar com mais de um produto, como também, com mais de uma empresa.

Normalmente, os pequenos produtores estão atrelados a uma empresa, criando suínos e/ou aves, através de um contrato de parceria. Todo avicultor tem contrato formal mas nem todo suinocultor o tem. Este pode ter vínculos mediante um contrato informal ou verbal. Dependendo das oportunidades, da situação financeira, da disponibilidade de tempo e de mão-de-obra, a maioria deles trabalha (cerca de 70% dos entrevistados) com dois produtos para uma mesma empresa, ou seja, criando aves e suínos simultaneamente, ficando os demais (aproximadamente 30%) com apenas um tipo de criatório. Pelo que percebemos, a tendência será de criar os dois tipos de animais, já que as empresas estão “estimulando” para que todo suinocultor seja também avicultor ou vice-versa.

Uma parte dos entrevistados (aproximadamente 35% do total) estava “integrada” a mais de uma empresa. Dos que criavam aves ou suínos, a maioria estava produzindo leite, o produto mais difundido na área, além de outros como uva e milho em conserva. Com o fumo, eles possuíam contrato formal, mas com os demais produtos, mediante um tácito acordo, eles se constituíam em meros fornecedores habituais. Apenas um deles estava trabalhando para três empresas diferentes, produzindo suínos, leite e milho para fábrica de enlatados de Videira. Na microrregião de Joaçaba, encontramos vários criadores que vendem sua safra

anual de uvas às vinícolas da área e para uma fábrica de sucos de São Paulo, do grupo Superbom. Determinados criadores, também, produzem vinho tipo colonial para ser vendido aos comerciantes ou às famílias não produtoras, cabendo ao consumo familiar apenas a sobra.

Desde o início dos anos 90, as próprias empresas têm procurado estimular a diversificação ou ampliação da produção de seus “integrados”, para não ficarem dependentes de um só produto. Seguindo a lógica do neoliberalismo, incentivam a modernização do criador para que este obtenha um nível de produtividade cada vez mais ascendente. Isto está vinculado ao processo de reprodução das condições de vida econômica da pequena produção familiar, sob o ponto de vista da garantia da subsistência e reprodução das pessoas que lhes interessam. Mediante um processo seletivo, cada vez mais rígido, da manutenção dos “excelentes” criadores, o capital industrial assegura-se na obtenção de matéria-prima a preços comprimidos e com a qualidade desejada, além de poder extrair o excedente gerado e garantir a sua valorização, como já afirmamos.

Para manterem-se enquanto pequenos produtores, eles submetem-se as novas determinações da grande empresa e procuram adequar-se, transformando e modernizando seu processo produtivo, mediante aplicações crescentes de capital. Os criadores com condições de empregar somas monetárias para modernizar integralmente suas instalações, tem sido em número ainda muito reduzido. Por exemplo, para garantir um aviário de 1.200 m<sup>2</sup> com os últimos lançamentos de equipamentos disponíveis no mercado, abrangendo bebedouros, comedouros, aquecedores, resfriadores e cortinado, gasta-se em média de R\$ 22.000,00 a R\$ 25.000,00 (preços vigentes em janeiro de 1996), dependendo do tipo ou modelo escolhido. Como os preços são muito elevados para os pequenos criadores, eles empreendem a substituição de alguns equipamentos por outros mais modernos ou compram partes dos equipamentos. Observamos, por exemplo, que alguns criadores haviam equipado, cerca de 50% da área do aviário, com bebedouros tipo “niple” ou com aquecedores infra-vermelho. Ao terminarem de pagar a compra, eles pretendiam equipar o restante do galpão. A compra tem sido feita em etapas, como uma forma deles não ficarem com elevadas dívidas, superiores aos seus ganhos.

Diante disto, não basta mais ser um “bom” criador, mas, é de interesse dos grandes frigoríficos, que seja um “muito bom” ou “excelente” criador, ou melhor, que tenha condições de bancar novos investimentos. Pelas informações extra-oficiais, as empresas pretendem eliminar cerca de 40 a 50% dos atuais “integrados”, em breve período de tempo.

A seleção mais profunda decorre de que as empresas não conseguem transferir maior parcela de trabalho agrícola para si, retirando dos criadores de porte muito pequeno. Se retirar mais fração destes, os mesmos correm o risco de empobrecerem e deixarem a verdadeira face do sistema de produção descoberta. Por outro lado, permanecendo os “excelentes” criadores e, estes sendo fortalecidos, eles conseguem se modernizar e produzir em maior escala, aproveitando a mesma estrutura montada pela empresa. Desta maneira, estas conseguem se apropriar de maior fração de trabalho não pago, sem correr o risco de “matar as galinhas dos ovos de ouro”, deixando aos criadores apenas o suficiente para a sua manutenção.

Ao longo do texto usamos a palavra modernização sem aspas e, no entanto, não deve ser entendido como transformação profunda do sistema produtivo, constituindo-se numa forma evoluída, com transformação radical da organização agrária familiar. Como o velho ainda convive com o novo, modernização em nosso caso, está relacionada com a sistematização da produção avícola e suinícola, nitidamente com vista a especialização mais acentuada e crescimento quantitativo de sua produção mercantil. Para tanto, os pequenos produtores se tornam consumidores, em potencial, de “bens” produzidos no setor não-agrícola, ou seja, de equipamentos, com tecnologia das mais avançadas, disponíveis no

mercado. Tudo está muito ligado na busca desenfreada do aumento da produtividade. Com o aumento do consumo de equipamentos “oferecidos” pelo capital, eles conseguem aumentar sua capacidade de produção e, desta forma, lhes possibilita pagar os seus “bens” adquiridos.

Mesmo não se concretizando por completo a exclusão dos elevados índices de 40 a 50% dos atuais “integrados”, consideramos o quadro extremamente sério e delicado. Não se trata de ameaças ou estratégia dirigida pelas indústrias. A possibilidade de centenas de pequenos produtores serem desligados do sistema existe porque, desde o início dos anos 90, o processo vem acontecendo, estando mais evidente a partir de 1995, com a eliminação dos “mais fracos” ou dos que não conseguem se reestruturar. Afora a exclusão de produtores, haverá concentração da produção, agravamento dos problemas ambientais causados, sobretudo, pelos dejetos da suinocultura e ampliação do controle das empresas sobre a produção, em especial de suínos, a exemplo do que já vinha ocorrendo com a avicultura.

Começa a vigorar, entre os prováveis excluídos pelo estrangulamento econômico, um sentimento de abandono por parte da empresa. Neste importante e difícil momento, eles se ressentem porque não podem contar mais com a proteção que a firma sempre aparentava dar. Com isto, enquanto o pequeno produtor for útil para a empresa, ele é preservado; mas, a partir do momento em que ele não for mais proveitoso, simplesmente é descartado, tal como um objeto sem uso ou sem serventia.

Aos excluídos restará a tentativa de construir outras alternativas para sobreviverem e se reproduzirem, por vezes tentando fugir da ordem vigente atual, onde a política governamental para “segurar” o Plano Real, comprime os preços a patamares muito baixos para o produtor, muitas vezes abaixo do custo de produção.

Ao lado da exclusão dos produtores, contraditoriamente tem ocorrido, também, a inclusão de novos membros ao esquema “integrado”. O ingresso de candidatos, inclusos numa espécie de lista de espera, de acordo com os planos de expansão ou de necessidades de matéria-prima de cada frigorífico, pode-se dar mediante o repasse da vaga do excluído (por doação ou por venda) ou a abertura eventual de vagas.

As listas de espera contêm a relação de interessados, colonos ou não, em ingressar no esquema produtivo. Os candidatos são selecionados, desde que reúnem determinadas condições, segundo os moldes de cada frigorífico.

A respeito da seleção de candidatos para ingressarem na “integração”, ouvimos comentários de alguns criadores (pertencentes ao esquema produtivo), estabelecidos no município de Treze Tílias. Segundo eles, para alguém ter a chance de ser escolhido, era preciso “molhar a mão” do técnico responsável, ou seja, pagar uma certa quantia em dinheiro vivo, como propina. Dadas as dificuldades de encontrá-los, não confirmamos esta informação com as pessoas indicadas e possivelmente envolvidas. Apenas conseguimos contactar com um dos criadores citados, mas ele negou. Considerou tratar-se de mentiras, inventada pelos “invejosos” que não haviam conseguido entrar para o esquema produtivo. Como os informantes já faziam parte da “integração”, permaneceu a dúvida. Pode ter acontecido o pagamento de gorjeta mas de forma localizada, uma vez que entrevistados de outros municípios desconheciam semelhante prática. Embora a “cobrança” não se trate de algo corriqueiro, pode ter ocorrido mas sem o aval do frigorífico, o que poderia prejudicar sua imagem junto à opinião pública.

A aparente incoerência de excluir/incluir pequenos produtores, resulta numa situação excepcionalmente vantajosa para o capital. Como já evidenciamos anteriormente, com a seleção realizada em nível cada vez mais aprofundado e aperfeiçoado, permanecem no esquema “integrado”, apenas os que produzem segundo um elevado grau de produtividade. Desta maneira, as grandes empresas obtêm estabilidade da oferta de matéria-prima, tanto em

qualidade, como em quantidade, adequadas ao processamento industrial e, acima de tudo, com preços rebaixados.

Pensamos que as estratégias empresariais no intuito de “estimular” os pequenos criadores a promover mudanças do seu padrão tecnológico de criação de aves e de suínos sejam, também, decorrentes do acirramento entre os concorrentes pela disputa do mercado interno e externo. Tudo leva a crer que MIOR (1992) tenha razão, quando considera que os grupos agroindustriais catarinenses estejam buscando uma diferenciação vantajosa em relação aos demais, mediante a elevação do seu grau de competitividade.

Este raciocínio parece ter lógica na medida em que os representantes das grandes empresas e dos órgãos representativos de classe do pequeno produtor, têm apregoado, sistematicamente, sobre a imperiosa necessidade de se modernizarem e se tornarem competitivos. Caso contrário, eles afirmam que, tanto a “integradora” como os “integrados”, sofrerão e poderão entrar em colapso econômico, na medida em que se torna mais acelerado o encaminhamento dos projetos do MERCOSUL.

A estratégia empresarial em criar o mito da existência de um “inimigo” fora das fronteiras nacionais e, portanto, fora do alcance da “integradora” em interferir e tentar reverter a situação vigente, tem dado resultados. Os criadores entrevistados, mesmo entre os que tem conseguido comprar equipamentos mais sofisticados, mostraram-se muito temerosos pela possibilidade de serem aniquilados com a viabilização de uma ação mais efetiva da concorrência. Para eles, grande parte de seus problemas acentuaram-se “depois que apareceu esse MERCOSUL”. O MERCOSUL tornou-se o grande vilão e, em especial, a Argentina. Eles temem pela possibilidade de que neste país sejam produzidos aves e suínos a preços ainda mais baixos dos praticados no mercado nacional. Assim, a “culpa” pelos acontecimentos fica transferida a uma outra nação e as empresas conseguem obter a matéria-prima segundo seus interesses.

No trabalho de campo percebemos, ainda, uma questão importante ligada a identidade política dos “integrados”, criadores de aves e/ou suínos. Desde os primeiros tempos em que fizeram parte do esquema produtivo, a sua identidade política vem sendo marcada pelos mecanismos de controle, gerenciados pelas grandes empresas. Até hoje, eles não têm conseguido reunir condições para alterar o quadro vigente, em parte graças a dispersão em que vivem, ilhados com afazeres em suas pequenas unidades de produção.

A preocupação do pequeno produtor está muito direcionada com os cuidados constantes de suas tarefas, dificultando a articulação no sentido de reivindicarem soluções para seus problemas mais prementes. Mesmo considerando os ganhos como muito baixos, eles alegam que o tempo disponível para se reunir e discutir os problemas é muito curto.

Os pequenos criadores citam que até para o próprio lazer, há pouco tempo disponível, ficando restrito aos dias santos, feriados e domingos, quando executam apenas algumas tarefas indispensáveis, como o trato e cuidados com os animais. Nestes dias em que há relativa folga, eles frequentam a igreja, participam de alguma festividade, recebem visita ou vão até a casa de um parente, sobretudo se alguém estiver doente. Mesmo assim, a grande maioria dos entrevistados prefere ficar em casa descansando, quando se permitem um tipo de diversão familiar: assistir as programações exibidas pelos canais de televisão.

Talvez tenha ocorrido falta de tino empresarial para administrar bem os negócios mas, pelo que percebemos, deve ter influenciado a questão ligada a concorrência com grupos industriais fortemente estruturados. Ocorreu, ainda, que eles não puderam contar com as vantagens que os grandes frigoríficos possuem. A história relatada tem muito a ver com a do outro entrevistado. A questão é: até quando os grandes frigoríficos permitem a existência



deste tipo de atividade paralela? até quando estes pequenos produtores e comerciantes conseguem concorrer com o preço?

O sistema econômico de produção em que vivem os “integrados”, criadores de aves e/ou suínos, subordinados a um grupo industrial, é contraditório ao promover, ao mesmo tempo, a sobrevivência de um certo número e o fracasso de muitos outros.

Sabemos que malogros e sucessos, derrotas e vitórias, sempre fizeram parte da odisséia de qualquer pequeno produtor. Apesar de sua saga, as condições e oportunidades nunca foram iguais a todos. Por esta razão, uma parte do segmento de “integrados” está marcada pela perspectiva do seu desaparecimento do esquema de produção e, talvez até, da própria condição de pequeno produtor agrícola, enquanto a outra parte será preservada e recriada.

Neste recente processo de transformação que está acontecendo no interior da “integração”, alguns são beneficiados e outros prejudicados, sendo que vários elementos atuam, de forma separada ou em conjunto, formando uma unidade repleta de contrários. Estes contrários, muitas vezes são imperceptíveis e mascaram a própria essência, marcada por uma imagem distorcida e ilusória de um esquema produtivo composto por colonos autônomos e bem sucedidos, apoiados pelo poderio de uma grande empresa que dispensa um tratamento, aos seus “parceiros”, de forma um pouco mais justa, solidária, homogênea e igualitária.

### **Referências Bibliográficas**

- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Trad. de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MIOR, Luiz Carlos. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1992 (Dissertação de Mestrado).